



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



O PAPEL DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PD) OU MOBILIDADE REDUZIDA EM ATIVIDADES FÍSICAS ADAPTADAS (AFA's): COMPREENSÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Nome da Instituição: Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG-RC)

Nome dos autores: Andressa Sandrine Silva de Jesus¹; Lana Ferreira de Lima²; Rayrane Clarah Chaveiro Moraes³

¹Discente do Curso de Letras da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFGRC) - membro do Laboratório de Atividades Físicas Adaptadas e Grupos Especiais (LAFAGE)

²Docente do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – Regional

Catalão (UFG-RC) - Coordenadora do Laboratório de Atividades Físicas Adaptadas e Grupos Especiais (LAFAGE)

³Discente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG-RC) - membro do Laboratório de Atividades Físicas Adaptadas e Grupos Especiais (LAFAGE)

Resumo: O presente artigo teve por objetivo conhecer a compreensão de pais/mães ou responsáveis por PD ou com mobilidade reduzida, que participam de projetos de extensão desenvolvidos pelo Curso de Educação Física da UFG-RC, acerca do papel da família na inclusão deste grupo de pessoas na prática de atividades físicas adaptadas (AFA's). Mais especificamente buscou-se: a) identificar a compreensão da família a respeito de seu papel na inclusão do filho em AFA's; b) analisar, sob o olhar de pais ou responsáveis, os benefícios que a AFA tem sobre a vida da PD ou com mobilidade reduzida. O estudo se caracterizou como uma pesquisa social qualitativa de caráter descritivo-exploratória. Para coleta de dados utilizou-se a técnica da inquirição e como instrumento a entrevista semiestruturada realizada com dez pais/mães ou responsáveis pelas PD ou mobilidade

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

reduzida participantes das ações de extensão desenvolvidas pelo Curso de Educação Física da UFG-RC. Concluímos que os sujeitos investigados compreendem que o papel da família deve ser incentivar e levar os filhos com deficiência ou mobilidade reduzida a participarem de AFA's, pois, os mesmos julgam que a participação em ações desse cunho possibilita que seus filhos ampliem a socialização e desenvolvam as competências físicas, motoras, cognitivas e psicológicas, promovendo, por consequência uma melhora a saúde.

Palavras-chaves: Família. Atividade Física Adaptada. Pessoa com Deficiência.

1. Introdução

Ingressamos no Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (UFG/RC), no ano de 2012 e nesse mesmo ano começamos a atuar como monitores no Projeto de Extensão “A Inclusão de Pessoas com Deficiência Física ao Basquetebol de Cadeira de Rodas no município de Catalão-GO e região”. Essa ação de extensão era desenvolvida pelo Laboratório de Atividades Físicas Adaptadas e Grupos Especiais (LAFAGE) com o objetivo de desenvolver metodologias de ensinoaprendizagem do basquetebol em cadeira de rodas (BC) para pessoas com deficiência física (PDF) e colaborar com a inclusão e socialização das mesmas, bem como com a formação dos acadêmicos do curso para o trabalho com este grupo de pessoas.

A partir dessa experiência passamos a nos interessar cada vez mais pelos temas inclusão, deficiência, atividade física e esporte adaptado (EA), assim como buscamos participar de eventos científicos e esportivos, palestras, oficinas, discussões sobre textos, filmes e documentários que abordassem tais temáticas.

As leituras realizadas para os estudos desenvolvidos no LAFAGE permitiram entender que a ‘deficiência’ é um conceito em constante evolução sendo resultante “[...] da interação entre pessoas com deficiência (PD) ou com mobilidade reduzida e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, p. 2). Portanto, a deficiência relaciona-se com a falta de acessibilidade, que Segundo

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



o artigo 3º da Lei nº 13.146¹ de julho de 2015, refere-se à possibilidade e condição da PD ou com mobilidade reduzida de utilizar com segurança e autonomia, tanto na zona urbana como na rural, os “[...] espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público [...]”. (BRASIL, 2015, p. 20).

A vivência no LAFAGE e o contato com as PD ou com mobilidade reduzida foram fatores que nos motivaram a querer entender mais sobre assuntos relacionados esse grupo de pessoas no intuito de querer ampliar as discussões sobre família, deficiência, atividade física adaptada (AFA), EA, inclusão e, ainda, apresentar elementos que instiguem novas pesquisas que contribuam para um processo de maior inserção social daqueles indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência.

Assim, enquanto membro do LAFAGE buscou-se desenvolver, junto aos pais/responsáveis pelos alunos dos projetos de extensão desenvolvidos pelo referido laboratório, uma investigação com foco na “família e seu papel na inserção social da PD” por entendermos, conforme Glat (1996), que apesar de frequentemente ser ressaltado o papel fundamental que a família exerce ou pode exercer no processo de inclusão social das PD ou com mobilidade reduzida, as características desta relação ainda precisam ser investigadas com mais profundidade. Esclarece-se, contudo, que a investigação ficou restrita à temática da família e o seu papel na inserção social desse grupo de pessoas em atividades que trabalhassem com elementos da cultura corporal², foco de atuação das ações de extensão do LAFAGE.

Nesta perspectiva buscou-se conhecer a compreensão de pais/mães ou responsáveis por PD ou com mobilidade reduzida, que participavam de projetos de extensão desenvolvidos pelo LAFAGE do Curso de Educação Física da UFG/RC, acerca do papel da

¹ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por PD ou com mobilidade reduzida, visando à sua inclusão social e cidadania.

² Entendemos pelo termo “cultura corporal” todas as formas de manifestações culturais relacionadas “[...] ao corpo e ao movimento humano, historicamente definidas como jogo, esporte, dança, luta e ginástica” e que foram “[...] geradas na dinâmica cultural, desde os primórdios da evolução até hoje, expressando-se diversificadamente e com significados próprios no contexto de grupos culturais específicos” e que vão sendo atualizadas e ressignificadas na dinâmica cotidiana da vida social. (DAOLIO, 2004, p. 2).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



família na inclusão deste grupo de pessoas na prática de AFAs.

2. Material e Metodologia

O presente estudo se caracterizou como uma pesquisa social qualitativa de caráter descritivo-exploratório. O universo investigado se restringiu às famílias (mães, pais ou responsáveis – como avós, tios/tias, primos/primas ou irmãos/irmãs) de PD ou com mobilidade reduzida que participavam de projetos de extensão desenvolvidos pelo Curso de Educação Física da RC-UFG. Foram identificadas quatro ações de extensão e dentre estas uma, denominada de “Oficinas Temáticas da Cultura Corporal no Centro de

Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi – Catalão”, era realizada em ambiente externo à RC-UFG e três ocorriam no espaço interno da própria

Universidade, sendo denominadas por “Dança inclusiva: dançando com as diferenças”, “Basquetebol em cadeira de rodas: inclusão, saúde e cidadania” e “Capoeira inclusiva: gingando e superando”.

Cabe esclarecer que a investigação ficou restrita aos projetos de extensão realizados no espaço interno da Universidade o que se deve à compreensão de que esta é marcada pelo diálogo e troca de saberes, processo esse que contribui para desmistificar a visão de que a Universidade é um local apenas de produção de conhecimento e não de relação e de troca de experiências com a comunidade.

Partiu-se, dessa forma, do entendimento de que a Universidade, por meio das atividades de extensão, tem como papel primordial não só repassar para a sociedade o conhecimento científico produzido e sistematizado historicamente, mas, também, produzir, em interação com os diferentes grupos sociais um conhecimento novo que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (BRASIL, 2012).

Os três projetos de extensão, anteriormente citados, atendiam ao todo 63 pessoas de diferentes faixas etárias, dentre as quais quinze possuíam algum tipo de deficiência ou

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



mobilidade reduzida, sendo onze do projeto de BC, quatro do projeto de dança e capoeira³. Desse modo, a população total do estudo foi composta de trinta pessoas, sendo pais (onze do PBC, quatro do Projeto de Dança e Capoeira), mães (onze do PBC, quatro do Projeto de Dança e Capoeira) de alunos que participavam regularmente das ações de extensão.

No que diz respeito à análise de dados utilizou-se o método hermenêutico-dialético que possui dois níveis de interpretação dos dados. O *primeiro* diz respeito à conjuntura socioeconômica e política da qual faz parte o grupo social a ser estudado. Já o *segundo* se baseia no encontro com os fatos surgidos na investigação. Na etapa seguinte *os dados obtidos são questionados* com base na fundamentação teórica para que sejam, posteriormente, classificados para análise de dados. E por fim é realizada a *análise e interpretação dos dados*, momento esse em que se tenta responder as questões da pesquisa com base nos objetivos concomitantemente ao estabelecimento de “[...] articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa [...]” (GOMES, 2002, p. 78).

3. Resultados e discussões

Para iniciarmos a coleta de dados, primeiramente, contatamos os trinta pais e mães ou responsáveis, por meio de telefonemas e conversas no ambiente da Universidade nos intervalos dos projetos de extensão. Na oportunidade informamos sobre os objetivos da pesquisa e os convidamos a participarem da entrevista, contudo, dentre os trinta sujeitos contatados somente dez aceitaram nosso convite.

Sendo assim, após a obtenção do aceite dos dez pais (oito mães, uma avó e um pai) marcamos o dia e horário em que os mesmos estariam disponíveis para participar da entrevista. Em alguns casos (um total de sete) a coleta de dados foi realizada nas residências das próprias famílias e em outros (um total de três) no espaço da Universidade concomitantemente à execução das atividades dos projetos de extensão.

Os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foram apresentados aos sujeitos da investigação antes de iniciarmos a entrevista. Informados sobre os

³ Cabe ressaltar que os participantes do projeto de dança inclusiva, são, também, integrantes da ação de extensão de capoeira inclusiva.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



objetivos da pesquisa e assegurados de que seus nomes seriam preservados em sigilo, os sujeitos assinaram o referido documento e passamos a etapa de realização da entrevista.

Nesse sentido, após termos obtido o aceite dos pais/mães/responsáveis contatados, na perspectiva de apreender o papel da família na inclusão do filho com deficiência ou mobilidade reduzida em AFA'S inicialmente procuramos identificar o que os mesmos compreendiam acerca da referida palavra.

O que foi possível verificar, primeiramente, é que cinco respondentes não sabiam o significado da palavra. Por sua vez, quatro sujeitos relacionaram o termo AFA à possibilidade das pessoas vivenciarem os elementos da cultura corporal (lutas, jogos, dança, esporte e ginástica) por meio de adaptações metodológicas, arquitetônicas, materiais e atitudinais.

Entretanto, dentre esses respondentes três associaram a AFA apenas à PD ou mobilidade reduzida, conforme podemos observar, por exemplo, na seguinte fala “*é a possibilidade de a criança com deficiência ter acesso à prática de atividade física cotidianamente*” (Pai, 44 anos).

Por sua vez uma mãe demonstrou compreender que AFA deve buscar atender todas as pessoas em diferentes faixas etárias e condições (gestante, crianças, obeso, anão, idoso e a PD ou mobilidade reduzida) ao afirmar que tal palavra significava “*disponibilizar para quem precisa, materiais, objetos e instruções para que consiga realizar as práticas de atividade física da forma mais natural possível*” (Mãe, 29 anos).

Um respondente disse que é o ato de conviver com outras pessoas, o que demonstra de certo modo um desconhecimento das possibilidades que a AFA pode oferecer extrapolando o ato da convivência entre pessoas.

O que fica evidente no conjunto dos dados obtidos é que parte dos sujeitos investigados (cinco) não têm clareza acerca do termo AFA, o que nos permite refletir se se essa falta de clareza, também, se reflete na falta de compreensão desses sujeitos sobre a importância de tais atividades para a PD ou mobilidade reduzida nos aspectos sociais, físicos/motores, emocionais e psicológicos.

Por outro lado, quatro entrevistados apresentaram uma compreensão ainda limitada do significado da palavra ora por associarem-na unicamente às PD ou mobilidade reduzida,

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



ora por verem-na apenas como um espaço de ampliação da socialização.

Cabe destacar que nos últimos tempos um dos fatores que mais têm contribuído para que as PD ou com mobilidade reduzida e todos os grupos especiais (idosos, gestantes, obesos, dentre outros) consigam maior inserção social, é o desenvolvimento de programas que ofertam AFA como, por exemplo, o EA, o jogo, a dança, as atividades rítmicas e expressivas, visando reabilitá-las, bem como aplicar fundamentos teórico-práticos das diferentes disciplinas da motricidade humana, da saúde e da educação, trabalhando com temas relativos ao desenvolvimento humano, aos direitos humanos, à pobreza, ao poder, à sexualidade e ética (CASTRO, 2005).

Portanto, deve-se ter claro que a AFA não é uma atividade da cultura corporal estritamente direcionada para a PD ou mobilidade reduzida, pois abrange outros tipos de dificuldades permanentes ou temporárias e implica, como chamamos atenção anteriormente, em tornar as tarefas mais fáceis e as regras menos exigentes, portanto, flexibilizando-as ou mesmo modificando-as de acordo com as necessidades do aluno/indivíduo. Dessa forma, Rodrigues (2006, p. 41) ao refletir sobre as dimensões de adaptações de atividades motoras salienta que

[...] Cada vez que se altera a exigência e as condições de desempenho de uma atividade de forma que um dado executante possa realizá-la ou envolver-se num processo de aprendizagem está sendo adaptada. Tornar uma atividade mais exigente em termos perceptivos, tomada de decisão, desempenho motor ou elaboração cognitiva é também adaptar.

Partindo desse entendimento pode-se dizer que a AFA deixa de ser uma atividade que se faz “às vezes” e “para alguns” para se tornar um critério de desempenho de atividades motoras para aqueles indivíduos que apresentem alguma condição de deficiência ou de mobilidade reduzida, e deve estar permanentemente nas preocupações de todo profissional que trabalha com os elementos da cultura corporal (RODRIGUES, 2006).

No que tange a opinião dos pais acerca de qual papel devem desempenhar no processo de inclusão da PD ou mobilidade reduzida em ambientes que desenvolvam AFA's, notamos que para nove entrevistados é preciso incentivar e levar o filho a frequentar diferentes espaços sociais dando-lhe apoio total.

“Aí eu acho que muitos pais impede [sic] os filhos de participar das coisas, eu não! Eu incentivo ele, do que depender de mim pra levar [...] pra fazer a

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



atividade eu levo, os pais devem participar muito [...] da vida deles” (MÃE, 51 anos).

“O papel eu acho que é estimular constantemente e facilitar o processo de inserção dele nas práticas corporais. Os pais têm que estar muito atentos a isso [...]” (Pai, 44 anos).

Nota-se com essas falas que os sujeitos investigados têm claro que a família deve sempre apoiar o filho com deficiência, uma vez que essa é a primeira instituição que temos contato, assim, exerce um papel primordial no desenvolvimento dos seus integrantes.

Nesta perspectiva, Santos (1999, p.2) afirma que vivemos um momento que tem como marca “[...] *o reconhecimento da família como coagente no processo de cuidados e reabilitação* [...]” da PD ou com mobilidade reduzida e, portanto, o papel desta instituição social tem sido cada vez mais ressaltado por ser considerada uma parceira vital ao processo de inserção social destas pessoas.

Chamou-nos a atenção o depoimento da mãe de 36 anos quando essa salientou a necessidade de incentivar e jamais tratar o filho como um coitado. Essa fala teve um destaque maior, por compreendermos que além de incentivar e dar o apoio ao filho é preciso, também, desmistificar a ideia de “pessoa incapaz” “pessoa inútil” “pessoa indefesa” ainda presente na sociedade e que acabam por fortalecer estigmas e preconceitos em relação a PD ou mobilidade reduzida. É nesse sentido, que Stainback e Stainback (2008) afirmam que é necessário enfatizar a semelhança e demonstrar apreciação e orgulho pelas pessoas que apresentam alguma deficiência ou mobilidade reduzida, e, ainda, evitar uma linguagem que as retrate como vítimas ou sofredoras.

Já em relação à inclusão e acolhimento dos filhos com deficiência ou mobilidade reduzida em AFA's ofertadas nas ações de extensão da UFG-RC constatou-se que todos os entrevistados (dez sujeitos) consideravam que seus filhos eram aceitos e bem acolhidos nos espaços das mesmas.

E, ao buscarmos conhecer os fatores que motivaram os pais a levar seus filhos a participar dos projetos de extensão na UFG-RC notamos que três dos entrevistados queriam que o filho estivesse no meio de outras pessoas para aprender coisas diferentes,

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



conforme observamos na seguinte fala: “*Se ele ficar só dentro de casa só vendo televisão só esses jogos, ah não ele tinha que fazer uma atividade tinha que sair né? Ele tinha que ter convivência com outras pessoas né, porque não, ficava uma vida muito vazia [...]*” (Mãe, 51 anos).

Outros três pais relataram que foram os próprios filhos que escolheram participar das ações de extensão desenvolvidas na UFG-RC e, dentre esses três respondentes, um salientou que sua motivação para incentivar o filho a se inserir e permanecer na atividade decorreu de sua compreensão de que a mesma possui uma bagagem cultural muito rica e possibilita, a quem a pratica, o desenvolvimento não só de habilidades motoras, mas, também, intelectuais, culturais e concomitantemente uma ampliação do seu círculo social.

“Pela prática da inclusão eu acho assim, na verdade é ele que escolhe, assim, tem a capoeira que é uma coisa que envolve dança, música que estimula muito, [...] a gente gosta da história da capoeira, de mostrar pra ele o movimento cultural que é né” (Mãe, 29 anos).

Dois respondentes relataram que o fator motivador para inserir seus filhos nas atividades de extensão da UFG-RC foi o desejo de que seus filhos se desenvolvessem fisicamente. Um pai, por sua vez, afirmou que buscou nas referidas atividades um meio para tirar o filho de dentro de casa;

“[...] eu quero colocar ele pra fazer uma atividade física, eu quero colocar ele no meio de outras pessoas pra ele conviver com outras pessoas, porque ele fica em casa ele é sozinho só fica dentro do quarto assistindo televisão e DVD e jogando, então eu quero levar ele porque ele precisa de [sic] fazer uma atividade física”. (Mãe, 50 anos).

E por fim, um pai relatou que por desejar que seu filho tenha uma vida social com menos conflitos é que se sentiu estimulado a inseri-lo nas atividades de extensão desenvolvidas no Curso de Educação Física da UFG-RC, o que pode ser constatado com a seguinte fala: “*Porque eu quero que meu filho tenha um percurso na vida dele com menos conflito, e a forma dele ter um percurso com menos conflito é ele tá mais envolvido no que a sociedade oferece pra ele*” (Pai, 43 anos).

Analisando essas falas observa-se que é comum, entre todos os dez pais que participaram da investigação, buscar através da prática de AFA uma forma de melhorar a

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



qualidade de vida filho tanto no aspecto social quanto físico, emocional, motor, psicológico, cultural.

Portanto, é muito importante quando a família tem consciência do seu papel na vida de um membro da família que possua deficiência ou mobilidade reduzida, porque é ela quem iniciará o processo de desenvolvimento, reabilitação e reinserção social desse membro e possibilitar que o mesmo a partir de suas vivências consiga ferramentas que o permita enfrentar as barreiras e dificuldades que se apresentarem no decorrer de sua vida.

A família, como grupo social primário, portanto, cumpre um papel formativo e determinante no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo do indivíduo, bem como na forma como este se estabelece e interage na sociedade (GLAT, 1996). Para que o indivíduo cresça, se desenvolva social e emocionalmente, é necessário que tenha uma família que o ampare e lhe dê as primeiras vivências em grupo, pois a forma como cada núcleo familiar lida com essa realidade influencia decisivamente na construção da identidade do grupo familiar, mais especificamente, do próprio indivíduo que apresenta deficiência ou mobilidade reduzida. Portanto, a família *“desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e no estabelecimento da cultura e de suas instituições”* (BUSCAGLIA, 2006, p. 77).

Tendo em consideração os benefícios que a prática de AFA proporciona àqueles que a ela têm acesso verificamos que, para quatro dos entrevistados, tal prática melhorou o desempenho e a resistência física, a mobilidade e a coordenação motora, assim como a saúde de modo geral de seus filhos.

“Pela mobilidade que ele tem que ter fortalecimento nessa perna” (Mãe, 36 anos).

“[...] pra saúde né, [...] Por que ele pra começar já é gordinho ele precisa de tá movimentando, ele precisa de fazer uma atividade física [...] pra melhorar o desempenho a coordenação motora [...]tem que tá movimentando pra ele mesmo né, ele sente uma pessoa mais saudável” (Mãe, 50 anos).

Três indivíduos ressaltaram ter ocorrido melhora na interação social e ampliação do círculo de amigos conforme evidenciado na seguinte fala: “[...]o esporte muda a pessoa

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



né, a pessoa não fica mais só...ansiosa dentro de casa, os meninos vem aqui sabe, liga pra ele, fala no Face, tem uma interação” (Mãe, 59 anos).

Outro respondente relatou que a prática de atividade física propicia a superação dos próprios limites e a melhoria da autoconfiança do indivíduo; uma pessoa disse que vivenciar atividades físicas proporciona maior inclusão social por meio do acesso ao lazer, bem como favorece o estímulo corporal; e outro demonstrou a satisfação de poder levar o filho para o ambiente da Universidade para que o mesmo possa compreendê-lo como um espaço de formação, além de considerar que a prática da AFA contribui para ampliar a bagagem de conhecimentos motores, culturais e intelectuais de seu filho ao trabalhar dança, música, ritmo e luta.

“Sim demais, completamente, olha só o convívio social que ele tem aqui, quantas outras crianças que ele conhece. Olha, estar na Universidade ele já vai entender o ambiente da Universidade como um ambiente de formação, já desde de cedo” (Pai, 44 anos).

“Claro! Principalmente assim de lazer né, bom, no caso da deficiência física [...] eu acho que beneficia tanto em estímulo corporal pra ele, e assim, [...] não só a parte corporal é tudo, de própria inclusão de pessoas, de lazer, de tudo, é muito importante” (Mãe, 29 anos).

Após termos identificado os benefícios da AFA para a PD ou mobilidade reduzida na perspectiva dos sujeitos investigados, buscou-se verificar as mudanças ocorridas em seus filhos, antes e após participarem de projetos desenvolvidos na UFG-RC.

Dessa forma, seis dos entrevistados responderam que observaram melhoria na comunicação, na interação social e no comportamento social. Dois responderam que participar de AFA possibilitou um enriquecimento cultural de seus filhos por lhes proporcionar viajar e entrar em contato com pessoas de outras cidades, bem como vivenciar uma diversidade de experiências motoras que futuramente farão com que os mesmos tenham mais opções de escolhas na sociedade. Um respondente relatou que observou uma melhora na saúde de seu filho; e outro sujeito investigado afirmou que a participação nos projetos não influenciou em nada na vida de seu filho, apenas tornou-o mais agressivo com os pais.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

“A mudança dele é que ele tava querendo usar a capoeira em nós, chutar os outros né, (risos)..é minha filha, agora ele enfrenta nós...ele quer chutar igualzinho fazia lá, meu marido falou até assim “não vai por ele mais nesse trem não, Deus me livre”.

Observa-se nas falas dos pais que as mudanças percebidas em seus filhos reafirmam os benefícios que a AFA proporciona e que eles relataram anteriormente. Assim, percebese nos depoimentos que as PD ou mobilidade reduzida, que estavam vinculadas as ações de extensão promovidas pelo Curso de Educação Física da UFG-RC, passaram a vivenciar melhorias na saúde, nos aspectos psicossociais, físicos e motores. Portanto, tais elementos reforçam que a AFA é um elemento significativo na vida dos indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida.

É nessa perspectiva que podemos afirmar, conforme Boaventura, Castelli e Barata (2009), que as AFA's trazem benefícios, principalmente, com relação à construção de seu esquema corporal, organização espaço-temporal e conhecimento de seu corpo. Além disso, possibilita as trocas afetivas na convivência diária e na troca de experiências.

A ideia expressa anteriormente converge com os estudos de Francisco (2011) que ressalta que as AFA'S são importantes na ampliação do repertório motor e das capacidades físicas e amplia os níveis de coordenação motora, lateralidade, assim como, proporciona que a PD ou mobilidade reduzida tenha uma aquisição positiva da imagem corporal, maior aceitação de si, amplitude social, resgate da autoestima, equilíbrio emocional, entre outros.

4. Conclusão

Com os dados obtidos nesta pesquisa concluímos que em relação a compreensão do papel que deve ser desempenhado pela família na inclusão da PD ou mobilidade reduzida em AFA's identificamos que motivar, incentivar e levar os filhos foram as falas mais recorrentes. Isso demonstra que os pais possuem um entendimento claro e direto do seu papel nesse processo. Nesse sentido, observamos que os pais avaliaram que a prática de atividade física contribuía significativamente para a melhora da saúde e para o desenvolvimento físico, motor e psicossocial da PD ou mobilidade reduzida.

Esperamos que este estudo possa colaborar com pesquisas posteriores que abordem

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

esta temática, para que cada vez mais a PD ou mobilidade reduzida esteja de fato incluída na sociedade de forma natural e total.

5. Referências

BOAVENTURA, R. S.; CASTELLI M. S.; BARATA T. C. R. Os Benefícios da Atividade Física Para a Pessoa com Deficiência. **Omnia Saúde**, v.6, n.1, 2009, p.51-61. Disponível em: < www.fai.com.br/portal/ojs/index.php/omniasaude/article/.../136/pdf > Acesso em: 09 de mar. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009** promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm > Acesso em 16 de Mar 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.senadorpaim.com.br/uploads/downloads/arquivos/daed457c4a7524302b56e700fa609419.pdf> >. Acesso em: 14 dez.2015.

CASTRO, E. M. de. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FRANCISCO, M. F. **Educação Física Adaptada em contextos não formais: expectativas e realidade**. 2011. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação física) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul De Minas Gerais - Campus Muzambinho, Muzambinho, 2011. Disponível em: < http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/attachments/1681_12.pdf >. Acesso em: 09 de mar. 2016.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

GLAT, R. O Papel da Família na integração do portador de deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial, v.2, n. 04, p. 111-118, 1996. Disponível em:

<http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art09.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p. 67-80.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p. 9-29

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de atividades motoras. In: _____ (Org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 40-47.

SANTOS, M. P dos. **Dialogando sobre inclusão e educação: contando casos (e descasos)**. Curitiba-PR: CRV, 2013. 88p.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

